

Em defesa da aposentadoria: nenhuma negociação!



Não à ingerência dos EUA na Venezuela!

Pags. 11 e 12

Luta de Classe

SP: servidores em greve
pela Previdência
pág. 7

Nacional

Brumadinho reacende a
questão da reestatização
pág. 9

História

60 anos da revolução
em Cuba
pág. 10



Lula Livre

Coneb da UNE convoca Jornada em março

No calendário a luta contra a Reforma da Previdência e por Lula Livre

O Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE se realizou de 6 a 10 de fevereiro, em Salvador, com cerca de 1.700 delegados de todo o país. Paralelo ao evento aconteceu a Bienal da UNE e encontros de grêmios da Ubes e associações de pós-graduandos da ANPG.

O centro dos debates foi a resistência aos ataques anunciados do governo Bolsonaro contra a educação, os direitos e a livre organização dos estudantes. A entidade adotou também um calendário de lutas.

Defender a educação

A defesa dos direitos estudantis foi um dos principais temas dos debates e tem razão de ser. No fundo, o que está em jogo é o caráter público das universidades, ameaçado pela cobrança de mensalidades; a autonomia universitária ameaçada pela intervenção na escolha de reitores; a pesquisa com os cortes anunciados; a presença no ensino privado com aumento do endividamento no FIES; a qualidade do ensino básico com obscurantismo da “lei da mordaca”.

Neste cenário, foi decidido fortalecer as entidades para realizar o combate na defesa de cada direito e cada conquista. Defender o ensino público e garantir as verbas necessárias para um ensino de qualidade com Assistência Estudantil, bolsas e residências. Renegociar as dívidas do FIES, retornar a faixa única do FIES beneficiando aqueles até 1 salário mínimo e a carência de um ano e meio. Estas e outras pautas, como o passe livre, estarão presentes na jornada de lutas concocada para março.

O alvo da reforma da previdência são os jovens

A luta estudantil deve servir para fortalecer a principal tarefa do período: barrar a reforma da Previdência. O alvo dela, segundo o ministro Paulo Guedes, são as novas gerações, ou seja, os jovens!

Querem acabar com o regime solidário de contribuição e impor a capitalização onde o jovem ficará refém dos bancos privados. Com desemprego e a desregulamentação do trabalho, os jovens trabalharão até morrer, sobretudo porque querem aumentar a idade para se aposentar. Os estudantes rejeitaram a “carteira verde amarela”, que retira garantias trabalhistas. Com razão, porque direito não se negocia, se defende. Não há nada o que negociar nesta reforma. O Coneb decidiu se somar às atividades da CUT e centrais em fevereiro.

Lutar por democracia

A resolução de conjuntura aprovada relembra a resistência nas universidades no período eleitoral e enfatiza que a “prisão arbitrária de Lula foi resultado do plano da direita, aliada do imperialismo num conluio institucional com movimentação arbitrária do judiciário para retirar os direitos políticos de Lula”.

O Coneb ao reafirmar a defesa da democracia com a liberdade de Lula enfrenta a perseguição institucional que o mantém preso injustamente. Essa resistência expressa, no fundo, um sentimento vivo nos estudantes na defesa de Lula livre, não por acaso estes reagiram com vigor às agressões de Ciro Gomes no debate na Bienal (ver box).

Calendário de lutas

Organizar essa resistência para impedir esses ataques deve ser o centro nas reuniões e assembleias estudantis no próximo período. Para Hélio Barreto, da executiva da UNE e da Juventude Revolução do PT, o combate deve começar desde já, somando forças dia 20 de fevereiro com as centrais sindicais, em seguida, nos atos na Jornada de Lutas em março e, em 7 de abril, um ano da injusta prisão de Lula, gritar em alto e bom som: Lula Livre.

Correspondente



Coneb da UNE reuniu cerca de 1700 delegados



Militantes da Juventude Revolução do PT a caminho do ato Lula Livre

LULA LIVRE

Em debate na Bienal da UNE no dia 7, o convidado Ciro Gomes (PDT) se alinhou ao deputado Eduardo Bolsonaro que, no dia anterior, comemorou a segunda condenação arbitrária de Lula usando a mesma frase que seu irmão Cid Gomes usou na eleição, “Lula tá preso, seu babaca”. Assim como se alinha ao governo Bolsonaro quando se trata da Reforma da Previdência, afinal o seu programa de governo propunha a capitalização como alternativa para aposentadoria. Mas, os estudantes que lotavam o plenário, não levaram desaforo para casa. De bate pronto, responderam “Lula livre” e, na sequência outras palavras de ordem como “Olê, olê, olê, olá, Lula, Lula”. Uma reação à altura!

O fato colocou lenha na fogueira e engrossou o caldo na preparação do ato Lula livre no mesmo dia, à noite. A atividade, protagonizada pela Juventude do PT, percorreu o espaço da Bienal na UFBA com dezenas de jovens e dirigentes estudantis com bandeiras e gritos de ordem defendendo a liberdade de Lula.

No dia 10, na plenária final do Coneb, a JPT comemorou os 39 anos do partido organizando um grande ato de entrada no ginásio de Cajazeiras e por diversas vezes entoou de forma uníssona Lula livre, contagiando o plenário.

Um diálogo com jovens franceses

Mobilização estudantil contra os ataques do governo Macron

No dia 2 de fevereiro, a convite da Alliance des Jeunes Revolutionners (Aliança de Jovens Revolucionários, AJR), uma organização de jovens franceses, participei, como militante da Juventude Revolução do PT, de uma reunião em Paris. Na conversa, os militantes da AJR explicaram problemas que afetam os jovens franceses e como a mobilização da juventude sintoniza-se com as mobilizações dos coletes amarelos (ver pag. 11).

Ao longo do último período os jovens franceses se mobilizam contra

a política do governo Macron. Por exemplo, o “Parcoustep”, que restringe o acesso ao ensino superior para milhares de jovens, contra o aumento da taxa de inscrição nas universidades e contra a reforma do ensino médio que retira disciplinas e destrói uma base comum curricular entre as escolas.

Em novembro, já com o início das mobilizações dos coletes amarelos, estudantes ocuparam liceus. Agora, como no último dia 5, os jovens saem às ruas para se manifestar com os coletes amarelos,

levantando suas reivindicações.

A resposta de Macron é a violência policial. Já são mais de 2 mil feridos por balas de borracha ou estilhaços de granada.

Dentre os feridos está Louis Boyard, presidente da União Nacional dos Liceus – UNL, que afirmou “Um governo que utiliza a violência, em particular contra a juventude, é um governo que tem medo, é um governo prestes a se curvar. Nós o faremos curvar-se!”.

Na conversa com os jovens da AJR eles destacaram que é a força nas ruas

que pode virar o jogo, e ressaltaram a importância de realizar assembleias nas escolas, universidades e locais de trabalho.

Nesse debate com a AJR, evidencia-se a relação entre a situação da juventude na França e a luta feita pela juventude no Brasil, por um futuro, a partir da defesa dos direitos e das organizações que estão sob linha de ataque, a serviço do capital financeiro.

Sarah Lindalva

Aves de rapina sobre o continente

A ofensiva do governo Trump contra a nação venezuelana é hoje um concentrado do dispositivo de rapinagem das riquezas nacionais, montado pelo imperialismo dos Estados Unidos, que só pode sobreviver às custas do desmantelamento das nações para abocanhar seus recursos naturais, no caso da Venezuela, o petróleo.

Uma grave ameaça pesa contra o povo do país vizinho, inclusive de uma intervenção militar sob o comando de Trump. Os resultados destas intervenções - muitas vezes chamadas humanitárias e em nome da defesa da democracia - são conhecidos. Iraque e Líbia foram devastados em benefício de multinacionais petrolíferas.

As aves de rapina que sobrevoam a Venezuela são uma ameaça à paz no conjunto do continente. A defesa da soberania do povo venezuelano, que legitimamente reeleger o presidente Maduro, é hoje a questão central para o conjunto da classe trabalhadora e de todas as camadas oprimidas na América Latina.

A associação imediata dos governos reacionários do continente à aventura trumpista, a começar pelo governo Bolsonaro, mostra o elevadíssimo grau da subserviência aos interesses do capital financeiro.

Em benefício da especulação financeira, para rebaixar o custo do trabalho, se abre

uma verdadeira guerra aos direitos conquistados pela luta dos trabalhadores.

No Brasil, o “esforço concentrado” – do aparato jurídico, militar e da burguesia local – com fraudes e manipulações, para instalar no Palácio do Planalto uma agência de despacho do governo EUA, tem como primeiro, e principal alvo, rapinar os recursos da Previdência pública e solidária para alimentar a ciranda especulativa.

FORTALECER A RESISTÊNCIA CONTRA A POLÍTICA DE TERRA ARRASADA

O governo Bolsonaro recebeu a ordem de entregar a contrarreforma da Previdência, ainda no primeiro semestre.

As lambanças de ministros e familiares emergidos do esgoto social, em menos de dois meses de governo, estão sendo, e serão, providencialmente blindadas, até que a contrarreforma seja entregue. A blindagem conta com as dezenas de generais que ocupam o governo e com o aparato jurídico, do ministro Moro e com o vassalo das casernas, Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Judiciário que protege as lambanças dos Bolsonaros é o mesmo que acirra a perse-

guição a Lula, novamente condenado sem provas. O que aliás é parte do esquema. A prisão de Lula tem por objetivo desmoralizar e destruir a organização dos trabalhadores, em primeiro lugar o PT.

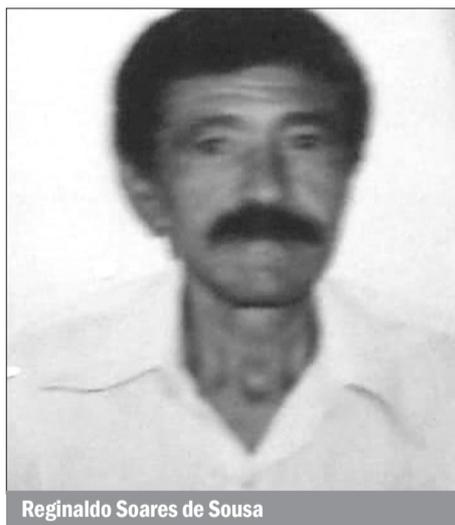
Porque frente aos objetivos das aves de rapina e seus agentes locais, haverá a resistência dos trabalhadores. Fortalecer a resistência é a única saída para evitar a situação de terra arrasada contra as nações e os direitos dos trabalhadores, desenhada no figurino imperialista.

No dia 20 de fevereiro a CUT e demais centrais sindicais dão a largada com uma Assembleia da Classe Trabalhadora, na Praça da Sé em São Paulo, para organizar a defesa da Previdência.

O governo prevê enviar ao Congresso Nacional nos próximos dias o seu projeto de guerra contra a aposentadoria. Na tramitação na Câmara dos Deputados, o resultado se pode prever. A maioria ultrarreacionária vai se perfilar aos ataques do governo. A bancada do PT, a maior da casa, apesar de toda perseguição ao partido, tem uma grande responsabilidade. Vencendo as pressões internas e externas, ela está chamada a ser o ponto de apoio do movimento que os trabalhadores anunciam em defesa Previdência. Nenhuma negociação! Xô aos abutres que querem rapinar os direitos!

OS NOSSOS

Faleceu no final de janeiro, aos 72 anos, Reginaldo Soares de Sousa, conhecido no movimento operário como “Ferro Velho”. Fundador do PT-PE, foi delegado do Congresso de fundação da CUT, em 1983. Militante da Corrente O Trabalho, por mais de uma década, até se aposentar em 2011, deixou a militância política. Aos seus familiares e amigos, nossos sentimentos pela perda desse lutador, a cuja memória rendemos nossa homenagem, através da continuação a sua luta. Ferro Velho, presente!



Reginaldo Soares de Sousa

MERCADO DE TRABALHO 1

A média anual de desempregados pulou de 6,7 para 12,8 milhões entre 2014/18. No mesmo período, a média anual de desalentados (os que desistiram de procurar emprego depois de muito tentar) passou de 1,9 para 4,7 milhões, e a de subutilizados (os que trabalham menos de 40 horas e gostariam de trabalhar mais) foi de 15,5 para 27,4 milhões. A taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desempregadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) foi de 23,9% no trimestre encerrado em dezembro e atinge 27 milhões de trabalhadores.

MERCADO DE TRABALHO 2

A informalidade no mercado de trabalho bateu recorde em 2018 e atingiu o mais alto patamar da série histórica iniciada em 2012 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). A contrarreforma Trabalhista de Temer gerou o trabalho informal, sem direitos: redução de emprego com carteira assinada e aumento do emprego sem carteira. O número de trabalhadores por conta própria chegou ao maior nível na série histórica, com 23,3 milhões, mais de um quarto do total da população ocupada. O aumento da informalidade influenciou, em parte, o crescimento nas atividades de serviços domésticos, comércio, alimentação, transporte e outros.

Memória

TRABALHADORES POLONESES ENFRENTAM OS BUROCRATAS

Os trabalhadores poloneses resistem à lei marcial imposta por Jaruzelski no dia 13 de dezembro. Solidariedade vive na Polônia. Contra o Solidariedade, organização independente de 10 milhões de trabalhadores poloneses, a burocracia polonesa e sua matriz soviética não conseguiram impor sua “normalidade”. (...) A expressão exata do que se passa na Polônia e da disposição de luta da maioria da população encontra-se na palavra de ordem inscrita a giz no cais de Gdynia, e em vários muros de Gdansk: “O inverno está sendo deles, mas a primavera será nossa”. Esta foi a palavra de ordem gritada no último dia 13 pelos manifestantes de Poznam e que vem se alastrando por toda a Polônia.

O Trabalho nº 140 – 17/2/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Marcha lenta no PT

Medidas de Bolsonaro pedem resposta coesa

Havia expectativa que a Executiva Nacional em 9 e 10 de fevereiro iniciasse a convocação do 7º Congresso do PT, anunciado pela presidente Gleisi, e tão necessário para discutir como agir no novo cenário.

A Executiva podia, ao menos, marcar o Plebiscito interno sobre a forma de eleição das direções (por voto em urna - PED - ou por delegados em encontros), terminando de regulamentar o processo no Diretório Nacional marcado para 22 e 23 de março. Mas as decisões foram remetidas ao DN. Portanto, não saiu uma proposta da instância a respeito, apesar de uma prévia “reunião de forças” convocada pela presidente, e duas reuniões da Comissão do Plebiscito com todas correntes. Isso porque o grupo do secretário-geral, Romênio (MPT), não queria decidir o

que vinha da “reunião de forças” com a presidente que não reconhecia - mas sem explicar porque não compareceu à Comissão do Plebiscito.

Romênio foi apoiado pelo CNB. Assim, o trabalho da Comissão da Executiva com todas as chapas foi inviabilizado sem cerimônia numa combinação CNB/MPT, pela segunda vez seguida, pois em dezembro o DN descartou o trabalho de uma comissão de resolução política (v. OT 841). A colaboração dos dirigentes, tão necessária nessa conjuntura política, todavia, se dificulta.

Algumas falas do CNB sinalizaram que no Plebiscito defenderão o PED, com eleição nesse dia dos DMs e dos delegados nacionais em lista, contra, portanto, a eleição de delegados, como defende o Diálogo e Ação Petista, ao congresso estadual, que elegeria o

Diretório Regional e os delegados ao Congresso nacional. Ali, com base na discussão política, se elegeria o DN. Para o CNB, a eleição do DN e dos DRs seria depois do Congresso em “nova” eleição direta (PED), mais para o final do ano.

Debates políticos

Um dia da Executiva foi só de debate de uma avaliação eleitoral pelas pesquisas, por Marcos Coimbra (Vox Populi), e de análises de conjuntura pelo ex-presidente José Genoíno e o ex-ministro Aloísio Mercadante. O debate era preparatório ao DN, não originou uma resolução, apenas encaminhamentos.

A reforma da Previdência atravessou várias falas. O governador Wellington (Piauí) aprofundou a defesa anterior da reforma da previdência estadual - em parte já feita por Rui Costa na Bahia e por Camilo no Ceará -, agora defendendo que o PT entre com um substitutivo ao projeto de Bolsonaro, tal como o ex-ministro Nelson Barbosa pregou na imprensa. Isso, de fato, sinalizaria negociar e legitimar a decisão da maioria ultra-reacionária do Congresso. Mas várias lideranças do CNB e de outros grupos, propuseram diferente, atuar para derrotar e “enterrar” o projeto do governo. Alguns falaram de apresentar emendas em certos pontos ou para fazer obstrução, mas outros defenderam a Greve Geral contra a reforma.

Há, pois, um problema de sintonia e uma reunião da bancada na Câmara com os governadores na próxima semana, deve discutir um acordo para

uma posição comum face ao projeto que será, então, conhecido.

Lula Livre

Por iniciativa do CNB, apoiada pelo DAP, decidiu-se engajar mais o PT, através da Executiva, na campanha Lula Livre. Márcio Macedo, um dos vice-presidentes do PT, deverá representar o PT no Comitê Nacional da campanha, onde já havia alguns petistas, outros membros da Executiva devem se associar.

Várias intervenções destacaram o protagonismo e a responsabilidade do PT para ampliar a campanha, até aqui identificada com a Frente Brasil Popular que deve, claro, continuar com peso.

Uma comissão ampla da CEN se reuniu ao final com Gleisi, tirou propostas para o Comitê Nacional e também aprovou materiais e uma agenda própria do PT, inclusive com um tipo de Caravana Lula para espalhar e ampliar a campanha. Para tanto, o PT articulará a presença de entidades no Encontro Nacional Lula Livre, marcado para 16 de março no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, jogará peso nos atos em torno do 7 de Abril (1 ano da prisão de Lula) e criará Comitês por Lula Livre.

Por fim, Haddad explicou que continua, um mês depois!, sem saber o motivo e critica o método da decisão do PT ir a posse de Maduro. Gleisi respondeu que, na verdade, há uma divergência política que será objeto de debate e nota do DN. Até lá, vale a posição pública contra a intervenção imperialista.

Markus Sokol

RUI COSTA APÓIA PACOTE DE MORO!?

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), defendeu o projeto de “Lei Anticrime” anunciado dia 4 pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro: “No geral, o pacote tem o nosso apoio. Vamos trabalhar para a sua aprovação. Tem maior rigidez no combate ao crime organizado, embora não tenha dado tempo de ler todas as vírgulas” (sitio UOL, 04/02).

Não se tratam de “vírgulas”, mas do caráter reacionário desse projeto que conduz a um Estado policial.

Punitivista, ele autoriza os tribunais de 2ª instância a encarcerar quem ainda pode recorrer. Pior, ele dá licença para matar a qualquer policial que, por “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” invocar a legítima defesa no homicídio de civis. Ora, se hoje a polícia quase faz o que quer, imagine-se com essa “escusa” !!! (ver pag.9)

Juristas democráticos, estudiosos e advogados condenam esse projeto punitivista e regressivo de Bolsonaro-Moro.

É inaceitável que um governador do PT o defenda! Um seminário da bancada examinará o projeto, mas o mínimo é o PT enquadrar o governador.

Partido comemora 39 anos: Lula Livre!

Uma festa popular na comemoração do aniversário do partido

Mais de 1500 trabalhadores e jovens estiveram presentes no ato dos 39 Anos do PT, dia 9, na Quadra dos Bancários, em SP. Foi uma festa popular, sem “efeitos especiais”, com barraquinhas de Diretórios da Capital onde os militantes confraternizavam. Seguiu-se um ato com lideranças nacionais do PT e representantes de organizações sindicais e populares - CUT, MST, PCdoB e outros - com um espírito de luta pela libertação de Lula, em primeiro lugar, e contra as medidas do governo Bolsonaro. O repúdio à intervenção imperialista na Venezuela também foi lembrado.

A presidente Gleisi na sua fala destacou as condições da fundação do partido há 39 anos, os obstáculos enfrentados até a atual perseguição sofrida, que fazem do PT um fenômeno na história do país, concluindo sobre Lula “como ele mesmo diz agora, nós



Gleisi, presidente nacional, e Marinho, presidente estadual do PT-SP, na Quadra dos Bancários, lotada por militantes petistas

temos que ser sua cabeça, suas pernas, e seus braços. Por isso estamos aqui, Lula, para ser você”.

Numa roda, um jornalista perguntou se era a primeira vez que Lula não comparecia a essa festa. De fato, vários oradores lembraram a sua presen-

ça no ano anterior. Mas a melhor lembrança é que no passado o PT nem fazia atividades nesta época do ano, de difícil mobilização - às vezes comemorava a data num ato mais institucional em Brasília.

Mas desta vez, como em 2018 e

2017, o PT encontrou energia para fazer atos e debates comemorativos em dezenas de cidades em muitos Estados do país, reagindo à perseguição, numa prova de enraizamento e vitalidade, apesar de todas as dificuldades.

Longa vida ao PT!

EM DEFESA DOS DIREITOS, LULA LIVRE!

Em sua primeira reunião após a posse de Bolsonaro, dia 26 de janeiro, na sede nacional do PT, o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista aprovou uma carta, dirigida aos núcleos de base e ao conjunto dos militantes petistas. A carta aborda a situação internacional e nacional, a centralidade da luta contra o ataque à previdência e o necessário balanço de seus erros e acertos que o PT deve fazer, no processo de preparação de seu 7º Congresso nacional.

Cabe agora aos núcleos de base retomarem suas reuniões fazer o debate e ajudar a desenvolver as lutas. Neste início de ano, já ocorreram muitas reuniões do DAP, e outras estão programadas.

Abaixo, trechos da Carta do Comitê Nacional do DAP.

Cabe ao povo venezuelano decidir sobre seu destino, inclusive exigir do governo que reeleger em eleições legítimas em 2018, as medidas necessárias para superar a situação dramática que vive, fruto, principalmente, de ações orquestradas pelo imperialismo.

Saudamos a acertada decisão do PT se fazer presente, através de sua presidente, a companheira Gleisi Hoffmann, na posse de Nicolás Maduro no dia 10 de janeiro.”

(...)

“O governo Bolsonaro, último recurso, nas urnas, para o capital financeiro e as classes dominantes, é um governo que se sustenta no aparato militar e jurídico, para aplicar as medidas exi-

gidas pela especulação financeira de rebaixamento do custo do trabalho e entrega de nossas riquezas.”

(...)

“No núcleo deste programa está a reforma da Previdência, a joia da coroa para alimentar a especulação financeira. (...) Este é um combate central para, através da luta, começarmos a confrontar a correlação de forças saída das urnas que, amparada nas atuais instituições, pretende transformar o Brasil no quintal dos Estados Unidos.”

(...)

“A bancada do PT tem uma importante luta pela frente, cujo ponto de partida é não ceder às pressões – internas e externas – de admitir a necessidade de qualquer reforma, seja apresentan-

do emendas ao projeto de Bolsonaro/ Paulo Guedes, seja apresentando um projeto alternativo.”

(...)

“Nossos inimigos sabem bem que, apesar da derrota eleitoral imposta por uma fraude que retirou Lula da disputa, o PT caiu de pé. E que segue sendo o principal partido ao qual as amplas massas podem apoiar-se para resistir. Manter Lula preso, restringindo cada vez mais seus direitos, visando a aniquilação do PT, é peça fundamental na engrenagem dos ataques contra o povo.”

Na resistência contra o novo governo, a começar pela defesa da Previdência, o PT está chamado a manter, mais em pé do que nunca, a bandeira por Lula Livre.

(...)

[A preparação do 7º Congresso do PT] “é a oportunidade de aprofundar nossos acertos e superar os erros que nos fragilizaram. É o momento para construir a unidade partidária a serviço da luta do nosso povo e reforçar o PT como principal instrumento político da classe trabalhadora brasileira.

Assim nos dispomos para enfrentar o difícil período que temos pela frente. O Comitê chama os grupos de base do DAP a se reunirem, realizarem reuniões abertas para discutir e organizar a luta.”

**Em defesa dos direitos:
Não mexam na previdência!**

**Em defesa da democracia:
Lula Livre!**

REUNIÃO DO RIO, COM LURIAN

No dia 29 de janeiro o DAP do Rio de Janeiro, convidou a companheira Lurian, filha de Lula, para debater a campanha Lula Livre. Na pauta também a luta contra a reforma da Previdência, o aniversário do PT e seu 7º Congresso. Compareceram cerca de 60 militantes.

Numa fala emocionante, Lurian reafirmou a importância da campanha Lula Livre e de seu significado para a luta dos trabalhadores e da democracia. Falou dos ataques sem precedentes do Judiciário ao PT, e realçou que o comodismo do partido durante nossos governos, nos levou a não nos mobilizar, com a força que poderíamos, em defesa de inúmeros companheiros condenados, abrindo flancos para novas ameaças. Disse também que desde a prisão, em abril passado, foi possível perceber a identidade popular com Lula, num fluxo de manifestações que se mostraram o maior recurso que podemos utilizar.

As intervenções do plenário reafirmaram a disposição de lutar por Lula Livre, integrar caravanas para Curitiba e expandir e criar comitês em fábricas, comunidades, escolas, universidades, bairros e igrejas evangélicas. Como disse um pastor presente na reunião, “muitos jovens e trabalhadores evangélicos do



Cerca de 60 militantes debatem Lula Livre e previdência no Rio

Rio que votaram enganados em Bolsonaro são mais próximos das ideias do PT, daquilo que o PT defende”.

No debate também surgiu a necessidade da defesa integral da Previdência, sem nenhuma negociação, e se discutiu o desastre causado pela Vale em Brumadinho.

Na conclusão foi destacado que o caminho para libertar Lula e barrar a reforma da Previdência é o mesmo: é preciso a mobilização da militância petista e das organizações dos trabalhadores, em diálogo com a população nas ruas, pois nada se pode esperar desse Congresso e desse Judiciário.

Os dois membros do DR presentes na reunião se comprometeram a levar essas propostas à instância.

Áurea Alves

EM SANTOS, COM VICENTINHO

Cerca de 25 militantes compareceram à reunião do DAP da Baixada Santista, em Santos, dia 9 de fevereiro, para discutir a reforma da Previdência, com a presença do deputado federal Vicentinho (PT-SP), que teve o apoio do DAP em sua campanha pela reeleição. Presentes no debate estavam o vereador Chico, o dirigente do sindicato dos Aposentados e vice-presidente do PT de Cubatão, também Chico, e o dirigente do sindicato de Promotores de Vendas da Baixada, além de moradores, dirigentes do movimento popular da região e jovens.

Após a fala de Vicentinho, várias questões surgiram na discussão, além da Previdência. Algumas demandas dirigidas ao deputado e outras sobre

problemas da região.

Um dirigente do PCdoB criticou asperamente a decisão da bancada do seu partido pelo voto em Maia para presidente da Câmara, e pediu que Vicentinho transmitisse que as bases “não engoliram”. Falou sobre projeto de lei do Senado do Paim que propõe indexação da aposentadoria e pensões ao reajuste do mínimo, que está parado na Câmara.

Um jovem levantou a questão da Lei do Moro sobre “direito de matar”, temendo as consequências para as comunidades da região (palafitas), em especial para a juventude.

Ao final, foi proposto que os sindicalistas presentes articulassem uma reunião para constituir um fórum em defesa da Previdência e iniciativas de luta.



Dap presente em São Paulo e Brasília na comemoração dos 39 anos do PT

Depois de muita polêmica, docentes adotam a campanha Lula Livre

Decisão foi tomada em congresso do sindicato nacional da categoria

O 38º Congresso do ANDES-SN (sindicato dos docentes do ensino superior) terminou às 5 horas da manhã do dia 3 de fevereiro, muitas horas depois do final previsto para o dia 2.

A possibilidade de prorrogação do Congresso, questionada por delegados da ADUNIFESP, é uma má tradição do sindicato que corresponde à concepção das seguidas diretorias que vêm o ANDES-SN como uma organização dos mais "radicais", sem preocupação em abrir as portas do sindicato para a maioria da categoria.

Com efeito parte da pauta dedicada às lutas específicas da categoria, afinal, o coração de um congresso sindical, ficou para a tal madrugada final. Assim, praticamente não houve debate sobre as lutas concretas dos setores das federais e, principalmente, das estaduais, no momento da maioria das campanhas salariais.

Contudo, o Congresso registrou também avanço nas decisões. Sob o impacto da situação política, marcada pela ascensão de Bolsonaro, e pelo significativo crescimento da oposição sindical, o Fórum Renova ANDES-SN, o Congresso adotou posições inéditas nestes anos em que o sindicato se colocou à margem da luta contra o golpe. Logo na Plenária de Conjuntura (que adota a resolução de "centralidade da luta"), a intervenção do Renova permitiu adotar um texto que afirma a mais



Plenária geral do Congresso e reunião da delegação do Renova Andes-SN

ampla unidade com o fim de derrotar a contrarreforma da Previdência para enfrentar as privatizações e revogar a EC 95, de teto de gasto, bem como defender as liberdades democráticas. A partir daí, foi possível aprovar o apoio do sindicato à assembleia da classe trabalhadora, dia 20 de fevereiro, na Praça da Sé, em São Paulo, e apontar para a necessidade de reunir as condições, que hoje não estão dadas, para uma greve geral para barrar a reforma da previdência.

Maioria apoia luta contra prisão de Lula

A resolução mais polêmica, entretanto, foi aquela em que se decidiu a adesão do sindicato à campanha Lula Livre, por meio de sua integração nos comitês ali onde eles existirem. A de-

cisão foi tomada ao cabo de uma forte intervenção do Renova que entrou no congresso com o lema "contra a reforma da previdência, Lula Livre". A atuação do Renova, desde as assembleias eletivas dos delegados, permitiu que um conjunto de delegados, incluindo muitos apoiadores da atual direção, exigisse que finalmente o sindicato se posicionasse contra a prisão de Lula. Isto apareceu na votação da resolução, com a maioria dos delegados votando a favor. A decisão deixou à mostra uma importante ruptura no grupo que apoiou a atual diretoria nas últimas eleições, com os descontentes anunciando o surgimento de um novo coletivo, dissidente.

Renova sai fortalecido do Congresso

No Congresso, o Renova ocupou um

novo lugar. 25% maior em número de delegados do que no congresso anterior, o Renova cresceu em influência e integrou novos segmentos, por exemplo, nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. O crescimento reflete a vontade da categoria de conquistar uma nova orientação no ANDES-SN, e de se reapropriar do sindicato, depois de anos de sectarismo paralisante. Isso se refletiu em duas plenárias que o Renova realizou, com cerca de 100 delegados e observadores. Para organizar sua atuação e começar a preparar as próximas eleições, o Renova realizará uma reunião de sua coordenação ampliada em abril e uma reunião nacional durante o CONAD, em Brasília, em julho.

Eudes Baima

8 de Março, dia de luta da mulher trabalhadora

É hora de reforçar a defesa da Previdência e da democracia, por Lula Livre

Em várias cidades do país já estão sendo organizados os atos de 8 de Março, dia de luta da mulher trabalhadora. Será um momento no qual o conjunto da classe trabalhadora brasileira estará preocupado com a proposta da Reforma da Previdência, que o governo Bolsonaro pretende apresentar ainda em fevereiro.

Com grandes prejuízos a todos os trabalhadores, a reforma deve penalizar mais gravemente as mulheres. Uma das discussões é se o projeto da presidência vai estabelecer idade mínima igual para homens e mulheres, de 65 anos.

A equipe de Paulo Guedes já começou a manipulação de dados. Ela afirma que a diferença de renda por gênero tem caído nas gerações mais jovens. Alegam que na faixa entre 15 e 19 anos, homens "ganham em média R\$ 1.071,90 e as mulheres jovens recebem

R\$ 1.006,10" (O Estado de S. Paulo). Claro, quando o parâmetro é receber pelo mínimo legal possível, a diferença entre o pouco e o mais pouco ainda é percentualmente menor do que em outras faixas etárias ou salariais.

Inclua ou não este ponto, certo é que a reforma tem o objetivo claro de tirar direitos dos trabalhadores para maior lucro dos empresários, banqueiros e especuladores. Vai atingir a todas as trabalhadoras (formais, informais, donas de casa), e por isso a tarefa precisa ser a de unir todas elas, e todos os trabalhadores, para derrotar a reforma da Previdência. E o 8 de Março pode ser uma data para construir essa unidade.

Mas em São Paulo, pelo menos, a discussão vai tomando outro rumo. Nas reuniões de organização do ato que reúnem um conjunto amplo de organizações, houve muita polêmica sobre qual deveria ser o mote da mani-

festação. Organizações como a Marcha Mundial de Mulheres, Consulta Popular, setores do PT e do PSOL defenderam que o slogan fosse "Mulheres contra Bolsonaro". A preocupação de outras petistas, além de mulheres de outros partidos e movimentos, era clara e correta: "e as trabalhadoras que, confusamente, votaram nele, não vamos tentar trazê-las para lutar pela Previdência, contra a violência?"

Num arranjo sem foco, o mote adotado diz: "Mulheres contra Bolsonaro! Vivas, por Marielle, em defesa da previdência, emprego e direitos."

Lula Livre

Apesar do combate das mulheres da CUT e do PT, há contestação sobre a inclusão da defesa de Lula no panfleto do ato, em nome de "manter a unidade" com o PSTU, por exemplo. O texto ainda não foi definido. A

discussão prossegue, mas, desde já, as mulheres petistas estão chamadas a levantar, nas manifestações, a bandeira de Lula Livre.

Esse exemplo mostra como setores do movimento de mulheres confundem a unidade da classe e das mulheres trabalhadoras em defesa dos seus direitos (o que significaria colocar questão concretas como a previdência no centro), com o acordo entre as organizações que se sobrepõe às reivindicações, como a luta pela democracia, da qual Lula Livre é o ponto mais evidente.

Nas manifestações estará presente a exigência da apuração e punição dos responsáveis pelos assassinatos de Marielle Franco (vereadora do PSOL) e seu motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro.

Priscilla Chandretti

A greve dos municipais de São Paulo

Exigência é a revogação da contrarreforma da Previdência do prefeito Covas

Desde 4 de fevereiro os servidores municipais de São Paulo estão em greve pela revogação da Lei nº 17020/18 que instituiu a contrarreforma da previdência municipal, liderados pelo SINPEEM (sindicato de professores), o SINDSEP (sindicato geral), o SIMESP (Médicos) e outras entidades.

A reforma amplia o desconto previdenciário de 11% para 14%, configurando um “confisco salarial”, e cria o “Sampaprev”, um regime complementar para quem ganha acima do teto geral do INSS. A pauta da greve também inclui reajuste de 10% para todo o funcionalismo.

Em assembleia no dia 13, mais de 50 mil servidores municipais de diferentes áreas decidiram unanimemente pela continuidade do movimento, marcaram manifestações e nova assembleia no dia 19.

Uma luta que vem de longe

A greve é mais um capítulo da mobilização dos servidores contra os ataques a sua aposentadoria. Ainda em março de 2018 os servidores paralisaram e obrigaram o então prefeito João Dória (PSDB) a recuar, e a câmara suspendeu a tramitação da reforma.

Em dezembro o novo prefeito Bruno Covas (PSDB) voltou à carga. Com negociações envolvendo a troca de secretários do primeiro escalão, subprefeitos e muitos cargos, ele conseguiu 33 votos de vereadores para aprovação do projeto (eram necessários 28).

Apesar dessa “vitória” do prefeito, seu recuo foi considerável. Inicialmente a contrarreforma previa o que os ditos “especialistas” da previdência chamam de “segregação de massas”, ou seja, a separação dos trabalhadores em dois fundos, um com os atuais trabalhadores e o outro com os novos.

O resultado disso seria a quebra do sistema de repartição simples, baseado na solidariedade entre gerações. O fundo com os atuais trabalhadores, sem renovação, geraria um custo adicional aos cofres públicos de R\$1,5 bilhões por ano. Já o novo fundo seria utilizado para especulação financeira, através da chamada “capitalização”. Isso ficou de fora.

Outro recuo do governo foi em relação a própria alíquota. A proposta inicial não só ampliava para 14%, como ainda propunha uma alíquota complementar que faria variar o desconto entre 15 a 19%.

Com o projeto pela metade, a votação foi feita entre o natal e o ano novo. Na ocasião, os servidores fizeram intensas manifestações que foram duramente reprimidas pela PM e a Guarda Municipal.

“Não tem arrego”

Apesar da aprovação do projeto, os



Assembleia geral da categoria em 9 de fevereiro

servidores não se deram por vencidos e no mesmo dia da votação decretaram uma greve para o início do ano letivo, aos gritos de “não tem arrego”.

A greve se espalha por toda a prefeitura. O movimento se choca com um prefeito intransigente e que determina práticas antissindiais para intimidar os trabalhadores.

Bruno Covas declarou que não revoga a reforma “nem morto”. Espalha boatos de corte de ponto e manda arrancar cartazes de aviso de greve das unidades paralisadas. Chegou a falar na imprensa que não “há greve, apenas algumas poucas unidades paradas”, mas, contraditoriamente, exigiu a suspensão do movimento para qualquer negociação, o que a categoria recusou.

Para Sérgio Antiquera, presidente do SINDSEP, “a greve tem crescido desde o primeiro ato e as tentativas de intimidação dos trabalhadores mostram que ele (o prefeito) está assustado com a repercussão da greve, que ataca diretamente sua imagem, ainda mais que quer ser candidato a reeleição. Estamos respondendo a isso, dizendo claramente que se trata de prática antissindical que fere o direito de greve”.

Organização, luta e apoio da população

O grande desafio é conseguir organizar os trabalhadores da Prefeitura numa cidade com mais de 12 milhões de habitantes e mais de 5 mil unidades de trabalho. Segundo Antiquera, a aposta é também “a organização e mobilização regional, através da construção de comandos unificados, porque assim conseguimos parar novas unidades todos os dias”.

Para Fabiana Oshiro, professora

do Ensino Infantil e conselheira do SINPEEM, a luta unitária é muito importante pois “mostra que a greve tem uma característica bem diferente das anteriores, a unidade não ficou só no discurso, pois desde o início os comandos foram organizados em conjunto, sem deixar ninguém isolado”.

Oshiro destaca que isso ajuda a mostrar a importância do serviço público para toda a população e aumenta a visibilidade do movimento. “A gente consegue conversar com a população e falamos também sobre a contrarreforma nacional”.

Além de professora, Fabiana também tem uma filha numa escola



Flávia, da direção do SINDSEP fala no piquete no SAE

pública em greve e numa reunião de pais e mestres testemunhou o apoio de 100% dos pais depois da fala de uma grevista: “eles entenderam que o ataque a previdência e à seguridade social está vindo de todos os lados”.

E não é só na educação em que há apoio da população. Segundo a Dra. Ligia, médica em greve, na saúde também os pacientes compreendem e apoiam intensamente. Para ela, “apesar do sofrimento da população com o sucateamento dos equipamentos

TIREM AS MÃOS DO DIREITO DE GREVE!

Entre as práticas antissindiais do prefeito Bruno Covas está a de arrancar cartazes dos grevistas e transferir trabalhadores da saúde de modo informal para furar a greve em unidades paralisadas.

Foi o que aconteceu no Serviço de Atendimento Especializado (SAE) de Campos Elíseos. Muitos se recusaram a furar greve de colegas e avisaram o SINDSEP, que através do comando regional fez um chamado à categoria para reagir. No dia seguinte, cerca de 30 trabalhadores em greve de diferentes unidades baixaram no SAE, recolocaram os cartazes e avisaram: se transferir gente, vai ter piquete!

de saúde, muitos pacientes nos veem como porta vozes da indignação, compreendendo que a defesa da previdência não é uma causa só nossa”

Uma luta nacional

Está claro que não há uma separação entre as coisas. Bruno Covas, João Dória e seus asseclas a serviço do mercado financeiro enxergam a reforma da previdência municipal como um mero complemento da reforma geral preparada pelo governo Bolsonaro.

Os servidores de São Paulo têm consciência desse fato e sabem que não basta derrotar a reforma local, é preciso preparar a luta que virá contra a reforma geral da Previdência. Apesar de alguns dirigentes as vezes “esquecerem” que é a Previdência que está em jogo, focando apenas no “confisco salarial”, na hora de conversar com o povo, os trabalhadores fazem questão de lembrar que há um ataque de conjunto à aposentadoria.

Por isso os sindicatos devem participar com força da assembleia geral da classe trabalhadora no dia 20, organizada pelas Centrais, contra a reforma da Previdência.

O resultado dessa greve ainda é imprevisível, mas já é visível o avanço na consciência dos trabalhadores sobre a dura batalha que terão que enfrentar para defender o seu direito a se aposentar.

João Batista Gomes e Luã Cupolillo

Tirem as mãos da nossa Previdência Pública e Solidária

Sindicalistas, parlamentares e dirigentes petistas respondem “carta” de ex-ministro

Começou a circular um manifesto de petistas que reage a artigos e entrevistas do ex-ministro do governo Dilma, Nelson Barbosa, nos quais ele defende que é “necessária a reforma da Previdência”. Dentre os primeiros signatários estão dirigentes cutistas como João Felício, Julio Turra, Carmen Foro e Paulo Cayres, parlamentares como o deputado federal Vicentinho e o estadual Betão (MG) e dirigentes partidários em vários níveis. O manifesto, do qual publicamos os trechos abaixo, segue aberto a adesões.

“Nós, militantes do PT que assinamos este Manifesto, lemos com surpresa uma “Carta ao povo petista” do ex-ministro da Fazenda do segundo governo Dilma, Nelson Barbosa, publicada em 18 de janeiro na Folha de São Paulo.

Com surpresa, tanto pelo tom provocativo do ex-ministro – que chega a dizer que “pode haver greve geral, passeata, abaixo-assinado de intelectuais e artistas, show na Cinelândia e manifestação no TUCA”, que “ainda assim a re-

forma do nosso sistema de Previdência é necessária” - que faz pouco caso da mobilização, essa sim necessária, para barrar a contrarreforma da Previdência pretendida pelo mercado e pelo governo Bolsonaro, quanto pelo conteúdo do “substitutivo” que Barbosa propõe que o PT assumira para entrar no jogo da “reforma necessária”.

Em 29 de janeiro Barbosa voltou à carga, no jornal “Valor”, cobrando uma “proposta da esquerda” e dizendo que apenas “uma minoria ruidosa descarta a necessidade de uma reforma”. Ora, a CPI do Senado, de iniciativa do senador de nosso partido Paulo Paim, concluiu que não há rombo estrutural no sistema de Seguridade Social, o que há é uma dívida de 450 bilhões dos empregadores – privados e públicos – com o sistema. (...)

Para nós, não é preciso reformar o sistema de Seguridade Social para os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos, o que é urgente é cobrar os 450 bilhões devidos ao INSS pelos empregadores e atacar privilé-

gios existentes em regimes especiais de aposentadoria (militares, juízes e parlamentares). (...)

A hora é de organizar a resistência de toda a classe trabalhadora, o que coloca a questão de preparar inclusive uma greve geral se o governo insistir,

como tudo indica que fará, em fazer dos ataques à Previdência do trabalhador e da trabalhadora o seu cavalo de batalha. É na organização dessa resistência que contamos com o nosso Partido dos Trabalhadores!” (para adesão: juliano@cut.org.br).

CUT REAFIRMA SUA POSIÇÃO

No fechamento desta edição a Executiva nacional da CUT estava reunida (13 e 14 de março) em São Paulo. Já no dia 13, na discussão de conjuntura, foi reafirmada a posição de que não há nada a negociar com a proposta do governo Bolsonaro de “Nova Previdência”, pois trata-se de um ataque aos direitos e ao próprio sistema de Seguridade Social público, solidário e universal.

A batalha para barrar o desmonte da Previdência foi definida como central e deve ser potencializada em 20 de fevereiro com a Assembleia da Classe Trabalhadora em conjunto com as demais centrais e a divulgação da proposta final do governo na mesma semana.

Também foi destacado o engajamento da CUT na campanha Lula Livre e apontado um calendário de lutas que inclui o 8 de março - dia internacional de luta da mulher trabalhadora - e a realização de atos unificados de 1º de Maio em todo o país. A reunião ainda iria tratar da preparação do 13º congresso da CUT, previsto para outubro.

Outra vez, Lula é condenado sem provas

Sentença é dada com base em delações e “atos de ofício inexistentes”

A nova condenação de Lula, a 12 anos e 11 meses de prisão, aprofunda a perseguição política e o ataque à democracia por parte da Operação Lava Jato. A ausência de quaisquer provas e os absurdos escritos pela juíza Gabriela Hardt em sua sentença, publicada no dia 6, mostram que a “culpa” já estava definida desde antes do julgamento. Lula é um preso político. Querem tirá-lo da vida política do país e afastá-lo de tudo e de todos.

Dessa vez, o processo referia-se ao sítio, em Atibaia, no qual Lula costumava hospedar-se. As acusações baseiam-se em delações premiadas de empresários, que, para se livrar da cadeia, procuram incriminar Lula. Ele teria sido beneficiado por obras feitas no sítio (que não é dele) por empreiteiras vinculadas à Petrobras. A condenação é por corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro.

O atual ministro Sérgio Moro, que foi o juiz do primeiro processo que condenou Lula e tirou-o da eleição, havia inventado, em sua sentença, a figura dos “atos de ofício indeterminados” de Lula. Era a demonstração

de que não achara provas.

Hardt, que Moro escolheu para substituí-lo interinamente, foi mais longe e criou “atos de ofício inexistentes”. Em três trechos da sentença, ela admite que não foi encontrado nenhum ato de ofício de Lula que o vinculasse ao recebimento de vantagens indevidas. Mesmo assim, condenou-o.

Há um elemento de fraude direta que antecede a sentença. A Lava Jato ligou a reforma do sítio à Petrobras porque era a única maneira de o processo ficar com Moro, em Curitiba. Caso não houvesse essa ligação, qualquer processo relativo ao sítio tramitaria em São Paulo.

O temor da classe dominante

No dia seguinte à condenação, a militância reuniu-se em frente à sede nacional do PT, em São Paulo, para realizar um ato de protesto. Outras iniciativas na campanha por Lula Livre estão sendo organizadas (leia abaixo).

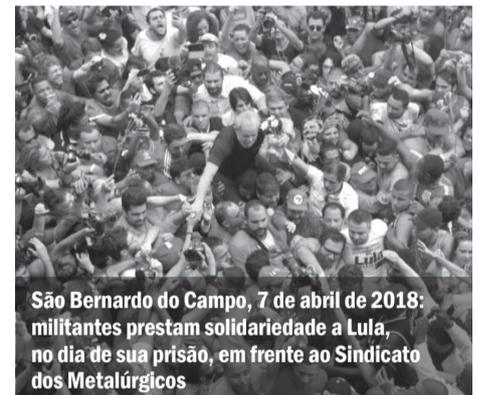
A condição de preso político de Lula ficou clara, também, no episódio em que o podre Judiciário, na

voz da juíza Carolina Lebbos e do desembargador Leandro Paulsen, com a assessoria da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público, impediu que ele fosse ao enterro de seu irmão, o Vavá, em 30 de janeiro. A participação no funeral de um parente próximo, além de ser uma questão humanitária, é um direito assegurado aos presos. Não a Lula.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, emitiu uma decisão inócua, vinte minutos antes do enterro, autorizando apenas o contato de Lula com seus familiares numa unidade militar (!) próxima ao local do sepultamento. Ele não foi.

O que esses atos revelam, além do caráter dos seus autores, é o medo da classe dominante diante da simples presença de Lula fora da prisão por algumas horas. O relatório da PF que embasou a decisão dos magistrados indica: “É importante que Lula seja mantido a longa distância de aglomerações, já que esse fato pode desencadear crises imprevisíveis”. Mais claro, impossível.

Cláudio Soares



São Bernardo do Campo, 7 de abril de 2018: militantes prestam solidariedade a Lula, no dia de sua prisão, em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos

ATOS POR LULA LIVRE

Serão realizados em torno do dia 7 de abril, quando se completa um ano da prisão de Lula, atividades em diversos municípios por sua libertação. Entre outras iniciativas, está previsto um dia nacional para panfletagem e diálogo com a população.

Haverá reforço das caravanas em direção à Vigília Lula Livre em Curitiba. Também está sendo articulado um ato político no Congresso Nacional, provavelmente no dia 9, para denunciar a prisão de Lula e o papel do Supremo Tribunal Federal de cancelar as arbitrariedades. A Jornada Internacional de Solidariedade a Lula ocorrerá entre 7 e 10 de abril, com atividades dos comitês internacionais nas embaixadas e em outros locais.

Brumadinho: tragédia anunciada

A Vale, privatizada por FHC, é, de novo, responsável por centenas de mortes

A tragédia de Brumadinho, deixou centenas de mortos e desaparecidos, grande parte trabalhadores da Vale, além da devastação ambiental. Estatal criada em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada, a rigor, doada, por \$3 bilhões, quando seu valor era estimado em cerca de \$100 bi, no governo de FHC, em 1997.

Após o acidente de Mariana em 2015, o governo de Pimentel (PT), apesar de proibir novas barragens do tipo da que se rompeu, não suspendeu os processos de liberação já em curso e não desativou as barragens deste tipo existentes, como a do Córrego do Feijão (OESP 29/01/19). Com os novos governos, Bolsonaro e Zema de Minas, privatistas desenfreados e que falaram em flexibilizar ainda as normas e controles, se reascende a questão da reestatização da Vale

O Trabalho conversou com o deputado estadual Betão (PT-MG), sobre a tragédia de Brumadinho.

Você esteve na Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, o que diz?

Betão: Quando você observa ao vivo vê o tamanho da catástrofe, uma cena muito pior do que aquela que a gente vê pela televisão. É um crime contra a classe trabalhadora, para além de um crime ambiental.

Como denunciou o procurador-geral do Trabalho Ronaldo Curado Filho, este pode ser o maior acidente de trabalho ocorrido no Brasil. São 160 mortos e 165 desaparecidos! A gente percebe a perplexidade das pessoas diante do desastre criminoso que ocorreu no local onde moram e onde até então levavam suas vidas. A grande maioria dos mortos e desaparecidos são trabalhadores da Vale, o



31 de janeiro: deputado Betão em ato em BH, onde falou da necessidade de reestatização da Vale

que demonstra um enorme descaso da empresa, hoje multinacional, depois da privatização promovida pelo governo de FHC.

Diante deste “maior acidente de trabalho”, como reagem os sindicatos?

B: Acho que deveria ter uma participação mais ativa dos sindicatos. Tentamos contato com os sindicatos dos Mineiros, até para colocar o mandato à disposição, mas infelizmente ainda não tivemos resposta.

Os sindicatos, até o momento, estão um pouco silenciosos. Vejo no que aconteceu em Brumadinho um acidente de trabalho de proporções que o Brasil ainda não conhecia. São as condições de trabalho que estão em discussão, um ano após a contrarreforma Trabalhista que desregulamentou as relações de trabalho. Pela nova Lei Trabalhista, por exemplo, a família de um trabalhador morto no acidente, só vale 50 salários do que

ele recebe da empresa. Quanto menos ganhar um trabalhador menos receberá de indenização (ele ou sua família) por morte ou perda de membros do corpo em acidentes de trabalho. Antes dependia da gravidade e da decisão em Justiça. Isso acabou. E se a Vale não tiver por parte dos trabalhadores uma resposta à altura do seu crime, está aberto o precedente para que qualquer patrão não garanta as mínimas condições para um trabalhador voltar com segurança para a sua casa. Para mim, a CUT tem um lugar particular a ocupar nesta luta contra o que fez a Vale.

A Vale está sendo punida com multa e bloqueios financeiros, só isso basta?

B: Não basta. Em um governo sério, a diretoria da Vale já deveria estar afastada por ter cometido esse crime. E como é uma empresa que foi privatizada a preço de banana, a questão da reestatização deveria

já ser pauta prioritária dos governos estadual e federal. Digo isso, porque participei, na década de 90, da luta contra a privatização da Vale, quando a empresa foi vendida para grandes acionistas, nacionais e internacionais. E nós sabemos que uma empresa privada, uma multinacional, visa principalmente o lucro. Além de todas as benesses que conseguiram com a privatização, ainda obtém do Estado isenções fiscais, que tiram dinheiro do orçamento público, para saúde e educação, por exemplo. Na busca do lucro, uma empresa privada não tem como prioridade gastos com a segurança dos trabalhadores e com a população que vive ao redor da empresa.

Uma empresa pública, como era a Vale, tinha mecanismos de controle de segurança da mineradora onde havia participação da estatal, dos empregados e da população. Por isso, estamos trazendo essa discussão da reestatização da Vale para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Já no início dos trabalhos do ano legislativo, pautamos esse tema. Existem também iniciativas de Comissões Parlamentar de Inquérito (CPI). Agora, na Câmara Federal, o deputado Rogério Correia (PT-MG) colhe assinaturas para um plebiscito sobre reestatização da Vale. Nosso mandato apoia esta iniciativa. Aliás lembro que em 2007 foi feito um plebiscito popular, apoiado pelo PT por decisão de seu 3º Congresso. Cerca de quatro milhões votaram no plebiscito popular, dos quais 94% se declararam pela reestatização. Infelizmente nada foi feito durante os governos do PT. Depois de Mariana, e agora Brumadinho, a reestatização é uma bandeira a ser retomada.

Licença para matar

Projeto de Moro prevê perdão a abuso policial

O ministro Moro (Justiça e Segurança Pública) apresentou um anteprojeto de lei por ele intitulado de “Lei Anticrime”. Além de ser parte do discurso demagógico de Bolsonaro (a fantasia de que violência resolve tudo), seu roteiro representa um conjunto de medidas que não protegem a população contra o crime, mas apenas atacam direitos dos cidadãos e incentivam a violência e arbitrariedade policial.

O projeto repete propostas já apresentadas antes ao Congresso - as “10 Medidas Contra a Corrupção” da força-tarefa da Lava Jato e as propostas da “bancada da bala”. Entre

outras coisas, ele institui na prática a “licença para matar”: propõe alterar o código penal para permitir o perdão ao policial que matar (propositalmente ou não) uma pessoa - bastando alegar “medo, surpresa ou violenta emoção”. Dá ainda ao delegado de polícia o poder de relaxar a prisão do colega (policial), preso em flagrante por excesso do uso de força ou culposo em conflito armado ou “risco iminente”.

Isso em muito aumentará o descontrole da atividade policial e a prática de crimes por seus agentes. Permitirá a multiplicação de assassinato de inocentes - particularmente

entre pobres e negros nas periferias e morros do país.

Além disso, o projeto sugere a flexibilização de direitos constitucionais. Por exemplo, traz para a legislação ordinária a execução provisória da pena, dá poderes ao juiz de autorizar gravações de atendimentos de advogados nos presídios federais. Fere o princípio da legalidade ao autorizar juízes a determinar prisões de caráter.

O projeto foca apenas no recrudescimento das normas penais e processuais, elevando penas e criando mais obstáculos na progressão de regime.

Chamar seu pacote de “projeto anticrime” é uma farsa. Ele só elevará

o número de presos e contribuirá ao agravamento da situação já dramática do sistema carcerário brasileiro.

Moro não oferece qualquer resposta para a enorme corrupção policial em vigor. Não por acaso, o projeto - que inusitadamente nomeia organizações criminosas tais como PCC e Comando Vermelho - deixa de fora as milícias (conhecidamente ligadas a polícias e à família Bolsonaro).

Moro não apresenta qualquer solução para evitar ou reduzir a criminalidade. Muito menos responde ao problema da violência.

Alberto Handfas

Em 1º de janeiro de 1959 a revolução é vitoriosa em Cuba

Há 60 anos, Havana era ocupada pelo Movimento 26 de julho dirigido por Fidel Castro

A revolução cubana marcou profundamente a história recente da América Latina e inspirou a luta anti-imperialista em outras partes do mundo. Há 60 anos, Cuba era uma semicolônia dos Estados Unidos, um paraíso para todo o tipo de máfias dirigido com mão de ferro pela ditadura de Fulgencio Batista.

Para registrar esse aniversário, publicamos um condensado do artigo de François Pericard no jornal do POI francês, "Informations Ouvrières" n° 539, de 7 de fevereiro deste ano.

Uma revolução operária e camponesa

Ainda no início de 1960, Fidel Castro e os demais dirigentes do Movimento 26 de julho declaravam situar-se nos limites do regime capitalista. Entretanto, muito rapidamente, o imperialismo dos Estados Unidos e a burguesia latifundiária cubana seriam expropriados.

Segundo muitas análises e comentários sobre a revolução cubana, poderia parecer que a destruição do regime Batista, a entrada das colunas rebeldes em Havana e depois a expropriação dos capitalistas, teriam sido resultado de algo que veio de cima para baixo, ou teriam sido dados ao proletariado e às massas camponesas de Cuba por Fidel Castro e o Movimento 26 de julho. Nada é mais falso.

É propriamente o inverso: o movimento de massas levou o processo revolucionário muito mais longe do que pensavam ou queriam inicialmente Fidel Castro e seus companheiros.

Recordemos que o próprio nome da organização "Movimento 26 de julho" foi dado em razão da derrota da tentativa de derrubar, em 1953, a ditadura de Batista através de um golpe de mão que era tomar o quartel de Moncada, que terminou com um massacre dos atacantes.

Em 2 de dezembro de 1956, o desembarque do iate Granma foi outra derrota, como o próprio Fidel escreveu: "Desembarcamos com 83 homens e sofremos imediatamente um primeiro revés...Poucos camaradas tombaram durante esse ataque governamental, mas o grupo foi inteiramente dispersado. Comigo só restaram dois homens e seus fuzis; com meu irmão Raul, oito homens e sete fuzis...Muitos camaradas foram feitos prisioneiros pelo exército e assassinados".

Os sobreviventes conseguiram chegar à serra Maestra, onde já haviam grupos de guerrilha, graças à ajuda de camponeses. Em 28 de janeiro de

1957, uma greve paralisou as cidades de Manzanillo, Bayamo, Centrametra e Santiago de Cuba. Fidel Castro pode reconstituir seu grupo graças ao apoio dado pelas organizações do "26 de julho", existentes nas cidades e sobretudo no campo.

O papel do movimento de massas

A ação de Castro e do "26 de julho" correspondeu ao impasse do regime de Batista, ao seu apodrecimento e ao despertar de um poderoso movimento de massas, de início junto aos camponeses, mas que também se desenvolveu nas cidades.

Em 9 de abril de 1958, após o assassinato de Franco País, dirigente do "26 de julho", estourou uma greve geral em Santiago de Cuba contra a ditadura. Seu fracasso não contradiz a tendência geral, pois o chamado à greve chocou-se com a oposição e a sabotagem do partido stalinista cubano, à época o Partido Popular Socialista.

O exército de Batista contava com 70 mil homens bem armados. O exército rebelde e as milícias populares não passavam de 5 mil homens mal armados, muitos sem fuzil, em todo o país já ao final da luta. Mas o exército de Batista era incapaz de travar o menor combate sério, pois o exército é um reflexo da sociedade, sua decomposição traduz o apodrecimento dela.

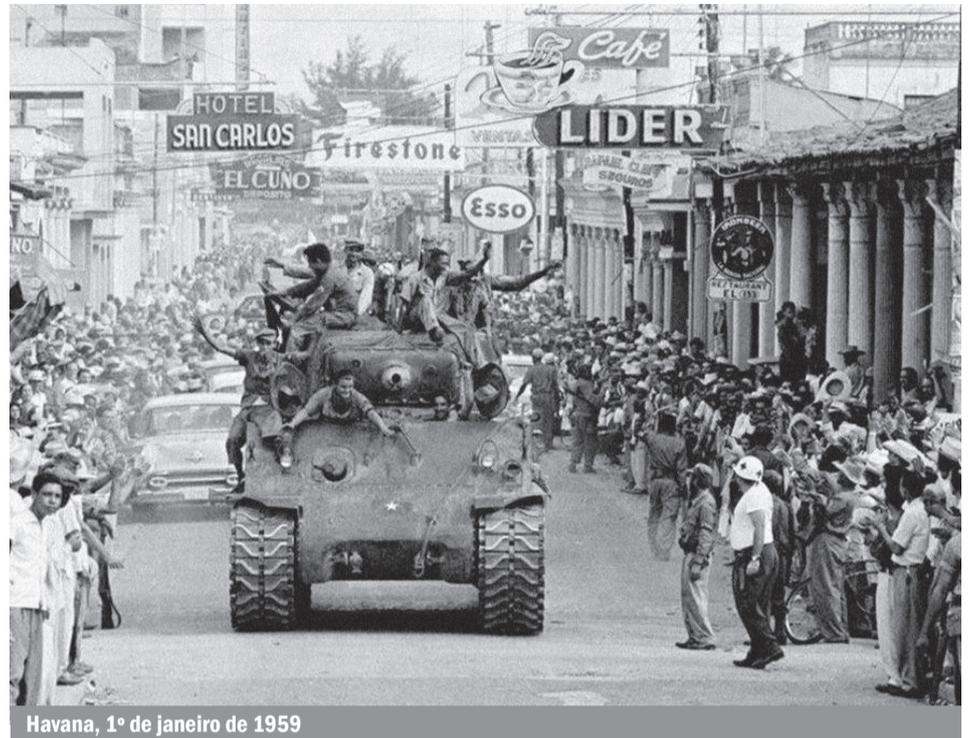
A greve operária nacional durou quase uma semana, sendo um fator decisivo da vitória ao aniquilar as tentativas de golpe militar, de mediação dos Estados Unidos e consolidou o novo poder revolucionário.

Um testemunho direto

No seu "Diário da Revolução Cubana", Carlos Franqui relata os momentos finais da tomada do poder, assim que se soube da fuga de Batista da ilha na madrugada de 1º de janeiro de 1959:

"Pedimos às estações de rádio de Havana que se sincronizassem conosco...Às 11 horas da manhã, Fidel chegou à estação de rádio e fez seu discurso ao povo: alertou sobre o perigo de golpe militar, pediu declarar a greve geral revolucionária, ordenou às colunas rebeldes avançar e pediu ao povo de Santiago de Cuba preparar-se para a batalha imediata. De fato, ele ratificou o que havíamos sugerido antes (...) No dia seguinte, 2 de janeiro, proclamou-se Urrutia presidente na Universidade de Santiago; nessa noite Fidel discursou: 'Desta vez é a revolução mesmo.'"

Para entender a importância deci-



Havana, 1º de janeiro de 1959

va da greve geral, é preciso dizer que quando o general Cantillo fez sua tentativa de golpe militar ele contava com o apoio da sempre poderosa embaixada dos EUA, da Corte Suprema, das classes ricas do país, dos velhos políticos, da Igreja católica, da imprensa tradicional e dos setores conservadores, tendo a seu serviço o exército, a polícia e os corpos repressivos da tirania.

A greve geral pesou de modo decisivo para desarmar psicologicamente os militares, da mesma forma que a recusa maciça do povo de votar nas eleições de 3 de novembro de 1958 (80% de abstenção sendo o voto obrigatório).

A greve geral foi o instrumento da vitória, o Movimento 26 de julho a sua coluna vertebral em todo o país e Fidel Castro o seu líder incontestado.

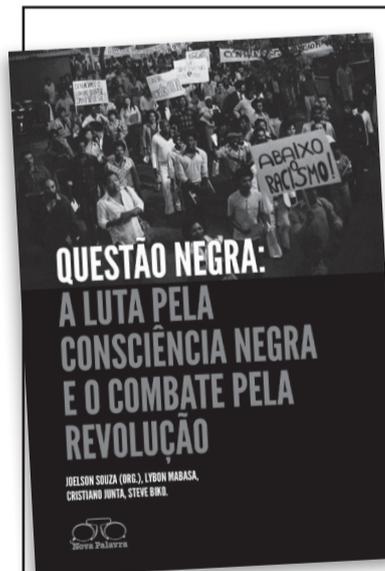
QUESTÃO NEGRA

A publicação "Questão Negra: a luta pela Consciência Negra e o combate pela revolução", recém lançada, reúne textos de Steve Biko, militante antiapartheid na África do Sul e fundador do Movimento da Consciência Negra e Lybon Mabasa que foi companheiro de movimento Steve Biko e hoje é presidente do Sopa (Partido Socialista da Azania).

A publicação traz também uma contribuição ao debate sobre a situação da população negra, em especial no momento político que estamos vivendo, tanto no Brasil como em todo o mundo. Como afirma Lybon Mabasa "quando Steve Biko declarou que o apelo mais positivo à luta vindo do mundo negro, desde muito tempo, era o da 'Consciência Negra', ele não via os seus princípios como limitados a África do Sul/Azânia, mas sim com um alcance mundial". Alcance este que também está integrado a luta de classes e o combate ao capitalismo. Com uma leitura objetiva, indo direto ao ponto sem muitos rodeios, os textos fazem a ligação do movimento iniciado por Biko, sua atualidade e o combate pela revolução, pois como bem definiu "racismo e capitalismo são suas faces da mesma moeda".

Em vários estados estão sendo organizadas atividades de lançamento do livro. A primeira ocorreu durante a 8ª Bienal de Arte de Cultura da UNE em Salvador.

Questão Negra: a luta pela Consciência Negra e o combate pela revolução
Editora Nova Palavra
Preço: R\$20,00



Venezuela: “Nem golpismo, nem intervencionismo”

Declaração de sindicalistas e militantes em defesa da soberania nacional

Em 28 de janeiro, encabeçada pelo deputado constituinte Raúl Ordoñez, veio a público em Caracas uma declaração de sindicalistas e militantes populares venezuelanos agrupados no Coletivo Trabalho e Juventude, membro do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT). Abaixo trechos da mesma:

“Declaramo-nos contrários à intenção golpista contra nossa pátria, promovida de maneira direta pela intervenção do imperialismo dos EUA e do cartel de Lima, com a autoproclamação como presidente de Juan Guaidó, usurpador ilegítimo, no qual ninguém votou para ser ‘presidente encarregado’, e cuja principal função é servir de alavanca para as políticas ditadas pela Casa Branca, que não busca outra coisa senão estabelecer a ilusão de duplo poder visando a acelerar uma crise para desagregar o Estado-nação, seja por um conflito interno ou por uma possível intervenção militar direta, apoiada por Donald Trump e por seus agentes diretos na América Latina, como Bolsonaro, Macri, Piñera, Duque, o governo do Canadá e os governantes da França, Alemanha, Espanha, ajoelhados diante da política de Donald Trump e acompanhando a política intervencionista e bélica do imperialismo. (...)”

Outra vez é o petróleo que move o golpe. O usurpador Juan Guaidó, sob o pretexto de restabelecer a ordem democrática e o combate à crise humanitária, não demorou muito para externar as verdadeiras razões pelas quais se mobilizam os agentes



12/02: Durante manifestação em Caracas o presidente Nicolás Maduro afirmou em seu discurso: “eu quero a paz para a Venezuela, todos queremos paz para a Venezuela. Que os tambores da guerra se afastem, que as ameaças de invasão militar se afastem e que a Venezuela diga em um só coro, com uma só voz: Queremos paz!”

internacionais. Tem relação com a indústria petroléira e percebe-se a premeditação. Entre os planos imediatos do recém proclamado ‘governo de transição’, aparece a renovação da diretoria da empresa Citgo, filial da PDVSA, com capacidade de operação de 750 mil barris diários, equivalentes a 4% do total refinado nos EUA. Guaidó prevê a criação de ‘uma nova lei nacional de hidrocarbonetos que estabeleça termos fiscais e contratuais flexíveis para projetos adaptados aos preços do petróleo e ao ciclo de gastos do investimento petroléiro’.

Como ganhar a batalha contra o golpe

Para nós, não basta enfrentar o golpismo e o intervencionismo do imperialismo. O governo continua negociando com empresários, bancos privados e as transnacionais, dando-lhes dólares e créditos, ao mesmo

tempo que lhes concede uma taxa de câmbio favorável e reduz os impostos de importação. O preço dos produtos da cesta básica é fixado com base no dólar paralelo e as empresas petrolíferas são isentadas de pagar imposto de renda. Essas medidas incluem as transnacionais que operam na Faixa Petrolífera do Orinoco.

Apesar disso, os empresários seguem com seu plano conspirador aumentando os preços de forma aterradora. A isso soma-se o caos dos serviços públicos e a volta da venda de dinheiro. A burocracia, a corrupção e a ineficiência deterioram ainda mais a vida do povo trabalhador. Enquanto os patrões não forem disciplinados para cumprir os acordos assinados com o governo, os salários não poderão ser recuperados. Portanto, se essa política não for revertida, estaremos facilitando o jogo do plano golpista, pois isso é utilizado

para solapar o apoio ao governo entre o povo trabalhador (...)

Em consequência, exigimos medidas de emergência já!

A começar pela aplicação do artigo 114 da Constituição: “O ilícito econômico, a especulação, o estoque ilegal de produtos, a usura, a cartelização e outros delitos conexos serão penalizados severamente de acordo com a lei”.

É preciso controlar, com as leis na mão e sob vigilância, junto com os trabalhadores, com o poder popular e com os organismos do Estado, a supervisão dos preços, a distribuição e comercialização de alimentos para garantir os preços acordados.

Uma Lei Constituinte de Indexação do Salário Mínimo integral adaptável ou ligado ao crescimento dos níveis de inflação. Unindo os salários ao valor de mercado do petróleo.

Exigimos a aplicação do aumento de salário em todas as tabelas e a publicação do aumento do salário mínimo nacional no Diário Oficial.

Chamamos à criação de comitês de defesa em cada local de trabalho para garantir o serviço de água, luz, telecomunicações, petróleo e a produção de alimentos, controlado junto com a milícia bolivariana.

Chamamos a Central Bolivariana Socialista de Trabalhadores, sindicatos independentes, frentes sindicais, coletivos, para que assumam de maneira autônoma uma agenda de ações enquadradas pela defesa da soberania perante os ataques do imperialismo e o golpe de Estado continuado, em mobilização permanente”.

França: Coletes Amarelos realizam “Assembleia das assembleias”

Em 5 de fevereiro sindicatos e Coletes Amarelos realizaram grandes manifestações em mais de 160 cidades francesas no dia de Greve Geral Nacional.

Pouco antes, em 26 e 27 de janeiro, na cidade de Commercy, os Coletes Amarelos reuniram sua “Assembleia das assembleias”. Segundo Patrick Farbiaz, militante ecologista de Paris, que participou como observador, “foi a primeira vez desde 17 de novembro (início do movimento, NdT) que houve uma verdadeira tentativa de organização democrática de construção e a perspectiva de uma coordenação (se podemos chamar assim) dos Coletes Amarelos. Havia 75 delegações man-

datadas mais 20 a 25 não mandatadas, o que dava cerca de cem delegações vindas de toda a França. Portanto, todo o território estava coberto.”

A seguir, trechos do Manifesto adotado a ser submetido às Assembleias locais.

“Desde o dia 17 de novembro, da menor aldeia rural à maior metrópole, levantamo-nos contra essa sociedade profundamente violenta, injusta e insuportável!

Exigimos o aumento imediato dos salários, dos benefícios sociais e das pensões, o direito incondicional à moradia e à saúde, à educação, serviços públicos gratuitos para todos.

E qual a resposta do governo? A represão, o desprezo, a difamação. Mortos e milhares de feridos. Mais de mil pessoas arbitrariamente presas. E agora a nova lei dita “anti-distúrbios” visa simplesmente a impedir as manifestações.

O chamado “grande debate” é uma farsa! A verdadeira democracia, nós a praticamos em nossas assembleias, nos pontos de bloqueios, ela não está na televisão nem nas falsas mesas redondas organizadas por Macron.

[Ele] nos apresenta como multidão odiosa, fascista e xenófoba. Mas nós somos exatamente o contrário: nem racistas, nem sexistas, nem homofóbicos, nós temos orgulho de estarmos

juntos, com nossas diferenças, para construir uma sociedade solidária.

Chamamos a prosseguir nos atos, a continuar as ocupações das estradas, a construir uma greve massiva a partir de 5 de fevereiro.

Propomos a formação de comitês nos locais de trabalho, de estudo.

Tomemos em mãos a nossa luta! Vamos nos organizar de modo democrático, autônomo e independente!

Vamos nos unir para transformar a sociedade!

Fora Macron! Viva o poder do povo, pelo povo e para o povo!”

Correspondente

Venezuela: resistência contra o cerco imperialista

Esta é hoje a questão central para a luta dos povos na América Latina e no mundo

O governo Trump, depois de ter “reconhecido” Juan Guaidó como “presidente interino”, decidiu congelar todos os bens da Venezuela nos EUA, em particular da subsidiária da estatal PDVSA (petróleo), a Citgo, seguido por outros governos, como o do Reino Unido que decidiu apropriar-se das reservas de ouro venezuelano depositadas em Londres.

Medidas de pirataria para asfixiar a economia venezuelana, que já custaram ao país vizinho 34 bilhões de dólares. Elas se somam ao envio de uma pretensa ajuda humanitária à fronteira com a Colômbia.

Pela primeira vez em território latino-americano a “questão humanitária” é usada para derrubar um governo e preparar uma intervenção externa. A criação, como pretendem Trump e seu títere Guaidó, de um “corredor humanitário” levaria à quebra do Estado nacional venezuelano, tal como ocorreu na Líbia há poucos anos.

A defesa da soberania e da integridade da nação venezuelana, contra o cerco econômico e as ameaças de agressão externa, é uma questão central para a luta pela emancipação dos povos do jugo imperialista, seja qual for a opinião que se tenha sobre o governo de Nicolás Maduro.

Por isso mesmo, essa questão é um divisor de águas, tanto para os governos – cerca de 50 acompanham a posição de Trump, que, no entanto, não é endossada pela ONU – quanto por partidos e organizações que se dizem de “esquerda”.

Vimos como a mal chamada “Inter-



Manifestação em 2 de fevereiro em todo o país contra a ingerência imperialista



nacional Socialista” se alinhou, uma vez mais, com o imperialismo, mas lideranças importantes, como Jeremy Corbyn do Partido Trabalhista britânico, não a acompanham. Corbyn declarou-se a favor do diálogo, que é o povo venezuelano que deve decidir seu futuro, opôs-se às sanções contra o país e à ingerência dos EUA.

Havia expectativas sobre a iniciativa dos governos do México e Uruguai de patrocinar um diálogo para superar a crise na Venezuela. Mas, a reunião de Montevidéu em 7 de fevereiro acabou dividida. Os representantes europeus, com o governo Sánchez (PSOE) da Espanha à cabeça, adotaram um documento exigindo “eleições imediatas sob controle internacional”, que ganhou a adesão do governo uruguaio da Frente Ampla. Já os governos de Obrador do México, o da Bolívia e de países do Caribe (Caricom) adotaram outro texto, insistindo no diálogo entre o governo e a oposição.

Pilhagem “humanitária”

A agência oficial dos EUA de “ajuda” (USAID) mandou para Cucuta, cidade colombiana na fronteira com a Venezuela, caminhões carregados com víveres num valor de 20 milhões de dólares. A grande mídia internacional faz um estardalhaço contra a “ditadura de Maduro” que quer impedir que o povo receba tal ajuda ao fechar a ponte de Tienditas. Ora, essa ponte está fechada desde 2015 para impedir o contrabando de combustível barato da Venezuela para a Colômbia!

Corretamente, o governo da Venezuela recusa tal “ajuda humanitária”, pretexto para a intervenção na nação soberana, e responde à essa provocação exigindo a devolução dos bilhões que foram sequestrados nos EUA e Inglaterra e que pertencem ao povo venezuelano.

O objetivo de Trump e dos que o rodeiam é apropriar-se das riquezas do país que possui 20% das reservas mundiais de petróleo e a primeira de ouro. John Bolton, secretário de segurança dos EUA, às vésperas da reunião de Montevidéu, declarou que “a hora da negociação acabou, é hora de ação”, com Guaidó recusando-se a negociar com o governo e convocando o

povo a ir buscar a “ajuda humanitária” dos EUA na fronteira.

Do lado oposto, mobilizações populares em defesa da soberania da Venezuela contra a agressão imperialista ocorrem em todo o país, reavivando o chamado “chavismo de base”, disputando palmo a palmo o terreno com aquelas convocadas pelo autoproclamado Juan Guaidó. Essa mobilização popular em defesa da nação deve ser reforçada com medidas concretas do governo para minorar os efeitos da crise econômica junto ao povo (ver declaração de dirigentes sindicais e populares venezuelanos na página 11).

Mais do que nunca, a luta contra a ingerência do imperialismo na Venezuela deve ser a luta de todos os defensores da soberania nacional e do direito dos povos de decidirem seu próprio destino. Atos e manifestações estão se realizando em vários cantos do mundo com esse eixo, como as ocorridas no Brasil, no consulado de São Paulo e na embaixada da Venezuela em Brasília no último 8 de fevereiro.

Trump, tire as patas da Venezuela e da América Latina!

Lauro Fagundes

Acit

Convocação

A todos trabalhadores e jovens
A todas organizações operárias e
democráticas em escala internacional

**Não à ingerência
do imperialismo
contra a Venezuela!**

Cada dia que passa, o cerco econômico e as ameaças militares contra a Venezuela se agravam, depois que Trump proclamou o apoio ao golpe de Estado materializado pela autoproclamação de Guaidó como “presidente encarregado”.

O antigo embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, William Brownfield, declarou: “A melhor decisão seria acelerar a falência econômica, mesmo se isso provoque um maior sofrimento durante meses ou anos.”

Com que direito Trump decidiu contestar o presidente eleito da Venezuela, Nicolás Maduro?

Com que direito Macron, Sanchez, May, Merkel... se erigem em supostos garantidores do direito dos povos a decidir?

Com que direito uma coalizão de governos pretensamente democráticos (como o de Bolsonaro, Macri, na América Latina, na Europa etc), a União Europeia, o Parlamento europeu, querem impor um ultimato por novas eleições sob controle internacional, vale dizer sob o controle do imperialismo?

Com que direito pretensas democratas exigem eleições sob controle internacional?

Cabe apenas ao povo venezuelano decidir o seu destino, sem ingerência.

Em nenhum caso é possível aceitar a ingerência imperialista.

Em nenhum caso é possível aceitar a confiscação pelos governos imperialistas dos bens no exterior que pertencem à nação venezuelana.

Com que direito eles se permitem esse ato de pirataria em violação da mais elementar regra democrática internacional?

A defesa da nação venezuelana contra qualquer ingerência imperialista é um dever para todo democrata.

— Conclamamos à mais ampla campanha de apoio, em todo o mundo, à nação venezuelana:

— a enfrentar a enorme intoxicação midiática contra a Venezuela;

— a impulsionar e participar de todas as mobilizações contra a ingerência imperialista.

Paris, 1º de fevereiro de 2019

ACIT PROPÕE MOBILIZAÇÃO MUNDIAL

Em 1º de fevereiro, os coordenadores do Acordo Internacional dos trabalhadores e povos (AcIT), Louisa Hanoune do PT da Argélia e Dominique Canut do POI francês, respondendo a uma carta enviada pelo dirigente sindical e deputado constituinte venezuelano Raul Ordoñez, lançaram uma convocação à mais ampla mobilização contra a ingerência do imperialismo na Venezuela (material que pode ser solicitado por e-mail a julioturra@cut.org.br).

Após denunciar o cinismo da política dos EUA e seus aliados na região (Bolsonaro, Macri), bem como a de governos da União Europeia, ela conclama:

- à mais ampla campanha de apoio, em todo o mundo, à nação venezuelana;
- a enfrentar a enorme intoxicação midiática contra a Venezuela;
- a impulsionar e participar de todas as mobilizações contra a ingerência imperialista.

GENERAL BRASILEIRO NO EXÉRCITO DOS EUA

O governo Bolsonaro foi o primeiro, após o sinal de Trump, a reconhecer o autoproclamado Guaidó como “presidente interino” da Venezuela e seu chanceler, Ernesto Araújo, já recebeu a “embaixadora” de seu governo fantoche.

Agora o jornal “Valor” publicou em 13/02 matéria dando conta que um general brasileiro vai integrar o Comando Sul das Forças Armadas dos EUA. Foi o que declarou o almirante Craig Faller que dirige essa divisão voltada à América Central, Caribe e América do Sul, diante do Senado dos EUA em 7 de fevereiro. O fato é inédito e deve deixar a todos em alerta, pois sinaliza o alinhamento total das forças armadas do Brasil com a política intervencionista dos EUA na América Latina!